



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DE PESQUISA

**ÍNDICE DUPLEX NUMÉRICO POR ASSUNTO  
DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ESTADUAL E FEDERAL  
(1808/2005)**

**CAIXA 04**

**Florianópolis, Março de 1996.  
Atualizado em março de 2022**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DE PESQUISA**

**ÍNDICE DUPLEX NUMÉRICO POR ASSUNTO  
DA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA ESTADUAL E FEDERAL  
(1808/2005)**

**Elaboração:**

**Maria Cristina D'êça Neves Luz da Conceição**

**Atualização:**

**Bruno Ferreira**

**Florianópolis, Março de 1996.**

**Atualizado em março de 2022**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
GERÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DOCUMENTAL  
SUPERVISÃO DE PESQUISA

## APRESENTAÇÃO

A Legislação específica Estadual e Federal são as Leis e Decretos sobre determinados órgãos do Governo Estadual e Federal que foram transferidos para o Arquivo Público do Estado.

O Arquivo Público possui 186 volumes de Leis Específicas Estaduais e Federais, datadas de 1808 a 2005, sendo a maioria impressa como única legislação.

As legislações estavam anteriormente arquivadas por ordem cronológica de ano, e por isso de difícil localização, e não obedeciam a uma seqüência como *CRONOLÓGICO – ASSUNTO*.

Foi decidido que o melhor seria organizar um *Índice Duplex Numérico por Assunto*, onde os documentos são divididos em classes conforme os assuntos, partindo do gênero para a espécie, e desta para a minúcia. As classes são abertas conforme a necessidade que vão surgindo os assuntos.

Cada legislação recebeu uma sigla, e foram acrescentadas informações como: ano, número da série e número da caixa, onde são armazenadas.

Nas estantes a Legislação Específica Estadual e Federal são acondicionadas em pastas poliondas.

Quando existir dois assuntos diferentes em um mesmo volume, escolhe-se um assunto onde colocar o volume e no outro se escreve uma remissiva para localização do mesmo.

Exemplo:

<b>1. Administração Pública</b>	<b>Título</b>
LEE	Legislação específica Estadial e Federal
1907	Ano
1.1	Número da série
cx. 1	Número da caixa

*Boa Pesquisa!*

**1.0. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA****Caixa nº 01**

- 1.1 Lei nº 569 de abril de 1866, Art. 2.º § 1.º  
Instruções para exames e concursos para o provimento dos empregos das repartições.
- 1.2 Lei nº 55 de 30 de dezembro de 1935  
Organiza os municípios.
- 1.3 Decreto nº 131 e 148 de julho de 1938  
Dispõe sobre o vencimento da Fôrça Pública e reajusta os do funcionalismo civil.
- 1.4 Decreto nº 423 de [        ] de 1938  
Cria uma comissão para proceder à revisão e reajustamento da divisão territorial do país e dá outras providências.
- 1.5 Decreto-Lei nº 238 de 1º de dezembro de 1938  
Fixa a divisão territorial do Estado, que vigorará sem alteração, de 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943 e dá outras providências.
- 1.6 Decreto-Lei nº 311 de 2 de março de 1941  
Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências.
- 1.7 Decreto-Lei nº 564 de        1941  
Cria a repartição de Águas da cidade de Lages.
- 1.8 Decreto-Lei nº 599 de 10 de janeiro de 1942  
Plano financeiro para serviços urbanos de água, esgoto e eletricidade.
- 1.9 Decreto-Lei nº 663 de        de 1942  
Reorganiza os quadros do funcionalismo público civil do Estado.
- 1.10 Decreto-Lei nº 941 de 31 de dezembro de 1943  
Fixa a divisão administrativa e judiciária do Estado que vigorará sem alteração, de 1º de janeiro de 1944 a 31 de dezembro de 1948 e dá outras providências.
- 1.11 Decreto-Lei nº 213 de        de 1944  
Retifica o Decreto-Lei nº 208 de 28/12/1943, que orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1944.
- 1.12 Decreto-Lei nº 8.463 de        de 1945  
Reorganiza o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, cria o Fundo Rodoviário Nacional e dá outras providências.
- 1.13 Decreto-Lei nº 217 de        de 1945  
Reorganiza a diretoria de Estradas.
- 1.14 Lei nº 22 de 14 de novembro de 1947  
Lei orgânica dos Municípios.
- 1.15 Lei nº 133 de 30 de dezembro de 1953

Altera a organização administrativa de Santa Catarina na conformidade do pronunciamento das Câmaras Municipais, cria municípios e dá outras providências.

- 1.16. Portarias da Comissão Central de Preços.
- 1.17. Lei nº 3.704 de 12 de julho de 1965  
Estabelece normas sobre concorrência públicas e administrativas para a licitação de serviços e obras e aquisição de materiais no serviço público do Estado e dá outras providências.
- 1.18. Lei nº 4.041 de 22 de setembro de 1967 (encadernado com)  
Dispõe sobre a organização administrativa e sobre cargos e funções do Departamento Central de Compras
- 1.19. Decreto nº GE 6.243 de 29 de novembro de 1967 (encadernado com)  
Aprova o novo regulamento para o Departamento Central de Compras
- 1.20. Decreto nº GE 8.755 de 15 de dezembro de 1969  
Dispõe sobre a reforma administrativa no que tange os contratos, concorrências e dá outras providências.
- 1.21. Decreto-Lei nº 625 de 11 de junho de 1969  
Dispõe sobre o processamento dos institutos de enquadramento civil do Poder Executivo.
- 1.22. Portaria nº 1/70 de 22 de abril de 1970  
Uniformiza os atos sobre licitação.
- 1.23. Lei nº 4.441 de 21 de maio de 1970  
Reforma o quadro geral do Poder Executivo, classifica cargos, reestrutura carreiras altera tabelas de vencimentos e dá outras providências.
- 1.24. Lei nº 4.547 de dezembro de 1970  
Dispõe sobre a Reforma Administrativa e dá outras providências.
- 1.25. Lei nº 4.893 de 9 de julho de 1973  
Dispõe sobre a aquisição e alienação de bens imóveis.
- 1.26. Decreto nº 73.140 de 9 de novembro de 1973  
Regulamenta as licitações e os contratos relativos a obras e serviços de Engenharia e dá outras providências.
- 1.27. Lei nº 5.089 de 30 de abril de 1975  
Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa e dá outras providências.
- 1.28. Decreto nº 716 de 21 de maio de 1976  
Dispõe sobre a classificação dos cargos e empregos do Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SC e dá outras providências.
- 1.29. Decreto nº 1.114 de 28 de julho de 1976  
Dispõe sobre a efetuação de seguros dos órgãos da Administração Direta e Indireta e dá outras providências.

- 1.30 Decreto nº 717 de 21 de maio de 1976  
Fixa os valores de vencimentos dos cargos de provimento em comissão do grupo: Direção e Assessoramento Superior – DAS, do Quadro Permanente do Departamento de Estradas e Rodagem – DER/SC.
- 1.31 Decreto nº 1.114 de 28 de julho de 1976  
Dispõe sobre a efetuação de seguros de bens, direitos, créditos e serviços dos órgãos da Administração direta e indireta do Estado e dá outras providências.
- 1.32 Decreto nº 3.238 de 24 de agosto de 1977  
Dispõe sobre a execução da política de comunicação social do Governo do Estado.
- 1.33 Decreto nº 200 de 25 de fevereiro de 1967  
Dispõe sobre a organização da Administração Federal.

## **2.0. AGRICULTURA**

**Caixa nº 02**

- 2.1 Decreto nº 331 de 31 de agosto de 1907  
Regulamento para o serviço do povoamento do solo Catarinense.
- 2.2 Lei nº 1.590 de 5 de novembro de 1927  
Estabelece medidas para a defesa da Erva-Mate.
- 2.3 Lei nº 1.626 de 4 de outubro de 1928  
Determina a época da colheita da Erva-Mate, as condições em que deve ser exposta à venda e exportação, e estabelece penalidades aos infratores.
- 2.4 Decreto nº 45 de 4 de outubro de 1928 (encadernado com)  
Aprova o regulamento para a colheita, preparo e comércio de Erva-Mate.
- 2.5 Decreto Lei nº 5.893 de 19 outubro de 1943  
Dispõe sobre a organização, funcionamento e fiscalização das Cooperativas.
- 2.6 Decreto nº 83 de                      de 1932  
Cria o serviço de expansão agrícola e pastoril e reorganiza a diretoria de terras e Colonização.
- 2.7 Decreto-Lei nº 275 de 11 de janeiro de 1939  
Da organização ao serviço de experimentação e fomento da produção vegetal.
- 2.8 Lei nº 6.452 de 19 de novembro de 1984  
Dispõe sobre o controle de agrotóxicos, pesticidas e outros biocidas a nível Estadual e dá outras providências.
- 2.9 Decreto nº 25.040 de 20 março de 1985  
Regulamenta dispositivos da Lei nº 6.452, de 19 de novembro de 1984 que dispõe sobre o controle de agrotóxicos, pesticidas e outros biocidas a nível Estadual e dá outras providências.
- 2.10 Coletânea de Leis, Decretos-Leis e Decretos do Governo do Estado de Santa Catarina, Referentes à Agricultura e Pecuária, no período de 1874-1963.

2.11 Legislação Fundiária de Santa Catarina 1983-1992

2.12 Decreto nº 6.274 de 14 de fevereiro de 1944  
Altera o Decreto-Lei 5.893 de 19/10/1943

### **3.0. APOSENTADORIA**

**Caixa nº 02**

3.1 Decreto nº 31 de 25 de maio de 1934  
Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina.

3.2 Lei nº 369 de 15 de dezembro de 1949  
Consolida disposições legais do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

### **4.0. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

**Caixa nº 02**

4.1 Decreto nº 2.088 de 13 de outubro de 1927  
Instruções para a eleição de Deputados ao Congresso Representativo do Estado, na legislatura de 1928 a 1930.

4.2 Lei nº 1.639 de 5 de outubro de 1928  
Lei Orgânica Municipal.

4.3 Lei n 38 de 4 de abril de 1935 (Federal)  
Define crimes contra a ordem política e social.

4.4 Lei nº 2 de 23 de julho de 1948  
Determina a competência da Assembléia Legislativa e dos Deputados.

4.5 Lei Orgânica dos Municípios, publicada em 1963

4.6 Lei nº 1.084 de 17 de setembro de 1970  
Lei orgânica dos municípios.

4.7 Lei nº 5.682 de agosto de 1971  
Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

4.8 Lei Complementar nº 5 de                    de 1975  
Dispõe sobre a organização municipal e dá outras providências.

### **5.0. ASSINTÊNCIA SOCIAL**

**Caixa nº 03**

5.1 Lei nº 3.000 de 22 de dezembro de 1961  
Dispõe sobre auxílio e subvenções do Estado às Instituições de caráter privado semi-oficiais e dá outras providências.

5.2 Decreto nº 3.695 de 07 de novembro de 1977  
Dispõe sobre a estrutura organizacional básico do Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina – IPESC.

- 5.3 Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.  
Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

**6.0. COMUNICACÃO** **Caixa nº 03**

---

- 6.1 Legislação e Atos Específicos da EMBRATEL.

**7.0. CONSELHOS PROFISSIONAIS** **Caixa nº 03**

---

- 7.1 Legislação sobre a profissão de técnicos de Administração.
- 7.2 Resolução nº 87 de 16 de abril de 1958  
Conselho Regional de Economistas Profissionais.  
Dispõe sobre normas reguladoras para os processos de infração e prazos e interposição de recursos.
- 7.3 Projeto de Lei do Senado nº 235 de 1996  
Dispõe sobre o registro nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissão.

**8.0. DESENVOLVIMENTO** **Caixa nº 03**

---

- 8.1 Legislação básica e Atos Normativos da SUDESUL, 1967.

**9.0. EDUCACÃO** **Caixa nº 04**

---

- 9.1 Decreto nº 1.882 de 7 de maio de 1925  
Institui os Conselhos Escolares Familiares.
- 9.2 Decreto nº 713 de 5 de janeiro de 1935  
Departamento de Educação.
- 9.3 Lei nº 10.929 de 23 de setembro de 1998 e  
Decreto nº 3.604 de 23 de dezembro de 1998  
Sistema Estadual de Incentivo à Cultura.
- 9.4 Lei nº 133 e 134 de 16 de novembro de 1936  
Departamento de Educação.
- 9.5 Portaria nº 4 de 13 de janeiro de 1937  
Institui Bibliotecas Públicas Escolares.
- 9.6 Decreto-Lei nº 88 de                      de 1938  
Estabelece normas relativas ao ensino primário em escolas particulares no Estado.
- 9.7 Lei nº 5.205 de 28 de dezembro de 1975  
Estatuto do Magistério Público do Estado de Santa Catarina.
- 9.8 Decreto-Lei nº 301 de 24 de fevereiro de 1939



Estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário e constitui a quitação escolar e cria o registro do censo escolar.

- 9.9 (Vago)
- 9.10 Decreto nº 945 de 25 de janeiro de 1941  
Cooperativas Escolares.
- 9.11 Decreto-Lei nº 257 de 21 de outubro de 1946  
Expede a Lei Orgânica do ensino normal do Estado de Santa Catarina.
- 9.12 Decreto nº 3.674 de 23 de novembro de 1946 (encadernado com)  
Expede regulamento para os estabelecimentos de Ensino Normal.
- 9.13 Decreto nº 3.682 de            de 1946  
Expede o programa para os cursos normais regionais.
- 9.14 (Vago)
- 9.15 Lei nº 2.975 de 18 de dezembro de 1961  
Dispõe sobre Educação e Cultura.
- 9.16 Decreto nº SE-105 de 22 de fevereiro de 1963  
Dispõe sobre a Organização do Ensino Normal do Estado de Santa Catarina.
- 9.17 Decreto nº SE-106 de 22 de fevereiro de 1963  
Dispõe sobre a adaptação de estudos nos estabelecimentos de ensino secundário.
- 9.18 Decreto SE-104 de 13 de fevereiro de 1963  
Dispõe sobre currículos dos estabelecimentos de ensino secundário de primário e segundo ciclos (ginásio secundário e colégios secundários).
- 9.19 Lei nº 3.191 de 8 de maio de 1963  
Dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.
- 9.20 Decreto nº 1.770 de 11 de agosto de 1964  
Estatuto para a Associação de Pais e Mestres.
- 9.21 Decreto nº SE-9.150 de 4 de junho de 1970  
Regulamenta o Decreto nº SE-8.840 de 31 de 1969 “A” que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.
- 9.22 Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971  
Plano Setorial de Educação.
- 9.23 Índice Geral de Leis e Decretos de 1841/1938
- 9.24 Ementário da Legislação do Ensino do Estado de Santa Catarina de 1835-1979.
- 9.25 Leis relativas ao ensino, a partir de dezembro de 1961 até fevereiro de 1964.
- 9.26 Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional 1993.

**9.40. UNIVERSIDADE** **Caixa nº 04**

- 9.41 Lei nº 3.191 de 08 de maio de 1963  
Dispõe sobre a Fundação Educacional de Santa Catarina.
- 9.42 Decreto nº 2.802 de 20 de maio de 1965  
Autorgando à Fundação Educacional de Santa Catarina, o encargo de constituir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
- 9.43 Decreto nº 2.884 de 25 de junho de 1965  
Aprova o Estatuto da Fundação Educacional de Santa Catarina.
- 9.44 Decreto nº 3.354 de 10 de novembro de 1965  
Aprova o Estatuto da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.
- 9.45 Decreto nº 3.881 de 16 de fevereiro de 1966  
Aprova o Estatuto do Magistério da Fundação Educacional de Santa Catarina.
- 9.46 Resoluções nº 1 e 13 de março, e junho a dezembro de 1984  
Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.  
Conselho Universitário, Conselho de Ensino, pesquisa e extensão.

**10.0 ENERGIA ELÉTRICA** **Caixa nº 05**

- 10.1 Decreto nº 335 de 18 de setembro de 1907  
Regula o aproveitamento das forças Hydraúlicas para a produção da energia elétrica.

**11.0 FAZENDA** **Caixa nº 05**

- 11.1 Decreto nº 319 de 15 de março de 1907 (encadernado com)  
Regulamento para a Administração da Fazenda.
- 11.2 Lei nº 1.527 de 10 de novembro de 1925  
Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1926.
- 11.3 Decreto nº 35 de 30 de dezembro de 1926  
Empenho de despesa.
- 11.4 Lei nº 1.602 de 17 de outubro de 1927  
Orçamento da Receita e Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1928.
- 11.5 Decreto nº 17 de 29 de dezembro de 1932  
Orçamento da Receita e Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1933.
- 11.6 Decreto nº 36 de 29 de dezembro de 1933  
Orçamento da Receita e Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1934.

- 11.7 Decreto nº 78 de 8 de janeiro de 1935  
Orçamento da Receita e Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1935.
- 11.8 Lei nº 59 de 31 de dezembro de 1935  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1936.
- 11.9 Decreto-Lei nº 14 de 31 de dezembro de 1937  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1938.
- 11.10 DecretoLei nº 269 de 30 de dezembro de 1938  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1939.
- 11.11 Decreto-Lei nº 397 de 1939  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1940.
- 11.12 Decreto-Lei nº 585 de 1941  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1942.
- 11.13 Decreto-Lei nº 721 de 1942  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1943.

---

**Caixa nº 06**

- 11.14 Decreto-Lei nº 925 de 29 de dezembro de 1943  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1944.
- 11.15 Decreto-Lei nº 62 de 13 de dezembro de 1945  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1946.
- 11.16 Decreto-Lei nº 359 de 30 de dezembro de 1946  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1947.
- 11.17 Lei nº 31 de 13 de novembro de 1947  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1948.
- 11.18 Lei nº 176 de 15 de novembro de 1948  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1949.
- 11.19 Lei nº 333 de 15 de novembro de 1949  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1950.
- 11.20 Lei nº 424 de 22 de dezembro de 1950  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1951.
- 11.21 Lei nº 613 de 28 de novembro de 1951  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1952.
- 11.22 Decreto nº 341 de 30 de novembro de 1952  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1953.

- 11.23 Lei nº 1.003 de 16 de novembro de 1953  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1954.
- 11.24 Lei nº 1.157 de 12 de novembro de 1954  
Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina, para o exercício de 1955.

---

**Caixa nº 07**

- 11.25 Lei nº 198 de 18 de dezembro de 1954  
Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Santa Catarina.
- 11.26 Lei nº 1.733 de 9 de outubro de 1957  
Fixa normas para a função e jurisdição dos funcionários ao serviço de Fiscalização da Fazenda, dispõe sobre os vencimentos de áreas e transportes dos mesmos e dá outras providências.
- 11.27 Decreto nº 42 de 23 de abril de 1971  
Dispõe sobre a realização dos seguros de órgãos do Poder Público Estadual e dá outras providências.
- 11.28 Decreto nº 1.841 de 30 de dezembro de 1974  
Dispõe sobre a Programação Orçamentária e financeira para o 1º trimestre de 1975.
- 11.29 Lei nº 5.509 de 6 de dezembro de 1978  
Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Santa Catarina para o exercício de 1979.
- 11.30 Lei nº 4.425 de 16 de fevereiro de 1970  
Estatuto dos Funcionários Públicos civis do Estado de Santa Catarina.
- 11.31 Ante Projeto de Lei da Superintendência Lotérica do Estado de Santa Catarina,  
LOTESC 1965

---

**12.0 GABINETE DO GEVERNADOR**

**Caixa nº 07**

- 12.1 Decreto nº 2.432 de 12 de junho de 1930  
Aprova o Cerimonial da Presidência do Estado de Santa Catarina.
- 12.2 Lei nº 2.772 de 21 de julho de 1961  
Dispõe sobre o Plano de Metas do Governo Estadual no quinquênio 1961/1965, institui Fundos, unifica tributos, autoriza a Constituição de Sociedade de Economia Mista, a participação em sociedade existentes, a assinatura de Convênios, cria Secretarias de Estado e dá outras providências.
- 12.3 Lei nº 744 de 17 de agosto de 1961  
Convênio entre os Estados do RS, SC e PR, instituindo a CODESUL e criando BRDE.
- 12.4 Decreto nº SF-382 de 25 de agosto de 1961  
Cria o Departamento de Compras.

- 12.5 Lei nº 3.150 de 20 de dezembro de 1962  
Institui a Junta de Controle no Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo e dá outras providências.
- 12.6 Lei nº 3.283 de 17 de agosto de 1963  
Cria a Secretaria dos Negócios do Oeste, respectivo cargo de Secretário de Estado, órgãos e serviços, abre crédito especial e dá outras providências.
- 12.7 Lei nº 3.791 de 30 de dezembro de 1965 (encadernado com)  
Dispõe o Plano de Metas do Governo no quinquênio 1966/1970 e dá outras providências.  
Decreto GE nº 4.182 de 13 de junho 1966  
Baixa o Regulamento art.23 da Lei 3.791
- 12.8 Decreto GE nº 17 de 1º de abril de 1971  
Dispõe sobre a elaboração, nomenclatura e classificação dos atos oficiais.
- 12.9 Lei nº 4.735 de 14 de junho de 1972  
Dispõe sobre a estrutura do Gabinete Civil do Governo do Estado.
- 12.10 Decreto N/GE nº 717 de 4 de outubro de 1972 (encadernado com)  
Regulamento do Gabinete Civil do Governo do Estado.
- 12.11 Lei nº 4.841 de 23 de maio de 1973  
Organiza a Defesa Civil e dá outras providências.
- 12.12 Decreto N/GAC nº 220 de 21 de março de 1974  
Regulamenta a Lei nº 4.841 de 23 de maio de 1973, que dispõe sobre a Defesa Civil.
- 12.13 Decreto nº 5.089 de 30 de abril de 1975  
Dispõe sobre a organização da Administração Estadual, estabelece diretrizes para a modernização administrativa e dá outras providências.
- 12.14 Decreto nº 1.260 de 1º de novembro de 1975  
Cria o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.
- 12.15 Decreto nº 1.261 de 1º de novembro de 1975  
Declara de utilidade pública e interesse social, para fins de desapropriação, área de terra destinada ao Parque Estadual da Serra do Tabuleiro.
- 12.16 Lei nº 5.295 de abril de 1977  
Altera a Lei nº 5.089 de 30 de abril de 1975 e dá outras providências.
- 12.17 Decreto nº 2.810 de 13 de junho de 1977  
Aprova a consolidação da Legislação Tributária do Estado de Santa Catarina.
- 12.18 Decreto nº SF 130 de 16 de julho de 1969  
Consolidação da Legislação Tributária.

- 13.1 Lei nº 811 de 2 de setembro de 1909  
Lançamento e cobrança das Taxas de água.
- 13.2 Decreto nº 578 de 11 de abril de 1911  
Lançamento e cobrança das Taxas de água.
- 13.3 Lei nº 1.231 de 29 de outubro de 1918  
Converte o imposto de capital sobre as propriedades rurais em impostos territorial.
- 13.4 Lei nº 54 de 30 de dezembro de 1935  
Extingue, reduz, aumenta o imposto e a taxa, estipula outras providências de caráter orçamentário e financeiro.
- 13.5 Decreto-Lei nº 253 de 1938  
Dispõe sobre taxas e custos do Serviço de Registro de Estrangeiros e Delegacias de Polícia. (Ver caixa 11)
- 13.6 Decreto nº 3.472 de 17 de novembro de 1965  
Altera a tabela de imposto do selo.
- 13.7 Lei nº 3.922 de 16 de dezembro de 1966  
Dispõe sobre o Imposto Estadual sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias.
- 13.8 Lei nº 3.937 de 26 de dezembro de 1966  
Dispõe sobre a Contribuição de Melhorias.
- 13.9 Lei nº 3.938 de 26 de dezembro de 1966  
Dispõe sobre normas de Legislação Tributária Estadual.
- 13.10 Lei nº 3.939 de 26 de dezembro de 1966  
Fixa as taxas a serem cobradas por serviços específicos ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- 13.11 Decreto nº 5.051  
Fixa alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias.
- 13.12 Lei nº 3.933 de 26 de dezembro de 1966  
Dispõe sobre o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis a eles relativos.
- 13.13 Atos Administrativos e Legislativos, relativo as Estações Fiscais da Fazenda, 1852.
- 13.14 Legislação Federal e Estadual referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias 1967 a 1968.
- 13.15 Portaria nº 110 de 30 de julho de 1930  
Serviço de fiscalização do Imposto de Exportação no Porto de Florianópolis.
- 13.16 Prontuário do Imposto Selo Federal, contendo o regulamento anexo ao Decreto nº 3.564 de 22 de janeiro de 1900 e grande número de decisões, organização na ordem alfabética dos materiais publicado por Joaquim Mariano

Ferreira Junior em 10/4/1910.

**13.30 TRIBUTOS** **Caixa nº 08**

---

- 13.31 Coletânea de Leis, Decretos, (compilados) e Regulamentos Fiscais, Decisões do Conselho de Contribuintes, 1962.

**14.0 JUSTIÇA** **Caixa nº 09**

---

- 14.1 Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890  
Casamento Civil.
- 14.2 Portarias nº 404 e 405 de 27 de                      de 1944  
Ordena medida concernentes à educação de menores abandonados e delinqüentes internados no Abrigo de Menores e designa fiscal.
- 14.3 Decreto nº 19.440 de 28 de novembro de 1930  
Organiza o Tribunal Especial.
- 14.4 Decreto nº 157 de 19 de setembro de 1931  
Altera dispositivos do Código Judiciário e suplementares ao Decreto nº 157 de 19 de setembro de 1931.
- 14.5 Decreto nº 78 de 22 de agosto de 1935  
Juizes de menores.
- 14.6 Lei nº 56 de 31 de dezembro de 1935  
Organização Judiciária do Estado de Santa Catarina.
- 14.7 Decreto nº 59 de                      de 1935  
Organização do Judiciário de Santa Catarina.
- 14.8 Decreto nº 60 de                      de 1936  
Organização do Judiciário de Santa Catarina.
- 14.9 Decreto-Lei nº 431 de 19 de março de 1940  
Lei de Organização Judiciária.
- 14.10 Lei nº 634 de 4 de janeiro de 1952  
Dispõe sobre a Organização Judiciária.
- 14.11 Lei nº 3.787 de 29 de dezembro de 1965  
Dispõe sobre a organização e divisão Judiciária do Estado de Santa Catarina.
- 14.12 Lei nº 5.387 de 30 de novembro de 1977  
Institui o Regime de Remuneração dos Assistentes Judiciários e Defensores Dativos.
- 14.13 Decreto nº 7.037 de 29 de janeiro de 1979  
Regulamenta a Lei nº 5.387 de 30 de novembro de 1977, que dispõe sobre o Regime

de Remuneração dos Assistentes Judiciários e Defensores Dativos e dá outras providências.

- 14.14 Decreto nº 7.909 de 18 de junho de 1979  
Homologa as Normas reguladoras do pagamento dos Defensores Dativos e Assistentes Judiciários.  
Resolução de 1 a 70 de 2 de dezembro de 1970  
Código de Divisão e Organização Judiciário do Estado de Santa Catarina.
- 14.15 Portarias nº 1, 3, 23, 26, 28, 29, 39, 64 e 97 de 1936 a 1938  
Juízo de Menores. Portarias mais importantes dispendo sobre organização e execução dos serviços do Juízo e Despachos, sentenças e acórdãos relativos à vigilância sobre menores.
- 14.16 Projetos de Lei do Senado nº 267 de 1996  
Altera o Código Civil e o Código de Processo Civil, para permitir o processamento do inventário e partilha, quando amigáveis, diretamente por escritura pública.
- 14.17 Representações e Mandados de Segurança de (1951 a 1955)  
Celso Ramos Branco, Secretário do Interior e Justiça de Santa Catarina, Florianópolis, 1956.
- 14.18 Lei nº 5.387, de 30 de novembro de 1977  
Institui o regime de remuneração dos assistentes judiciários e defensores dativos.  
Decreto nº 7.037, de 29 de janeiro de 1979  
Regulamenta a Lei n. 5.387, de 30 de novembro de 1977, que dispõe sobre o regime de remuneração dos assistentes judiciários e defensores dativos e dá outras providências.  
Decreto nº 7.909, de 18 de junho de 1979  
Homologa as Normas Reguladoras do pagamento dos Defensores Dativos e Assistentes Judiciários.  
Decreto nº 8.527, de 17 de agosto de 1979  
Reconhece o direito à percepção de remuneração de assistentes judiciários e defensores dativos e dá outras providências.
- 14.19 Leis que alteram disposições do Código Judiciário nº 1.533, 1.564 e 1.583 de 1º de outubro 6 de novembro de 1926, e 22 de setembro de 1927.

## **15.0 JUSTICA ELEITORAL**

**Caixa nº 09**

- 15.1 Decreto nº 153 de 27 de maio de 1892  
Estabelece o processo para o alistamento de eleitores.
- 15.2 Lei nº 44 de 20 de agosto de 1892  
Lei Eleitoral.
- 15.3 Lei nº 123 de 8 de outubro de 1894  
Reforma Eleitoral.
- 15.4 Lei nº 281 de 8 de outubro de 1897  
Lei Eleitoral.



- 15.5 Lei nº 1.525 de 3 de novembro de 1925  
Reforma Eleitoral.
- 15.6 Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932  
Código Eleitoral. 2
- 15.7 Legislação Eleitoral e Partidária, 1992

---

**16.0 MINISTÉRIO PÚBLICO** **Caixa nº 10**

- 16.1 Lei nº 4.557 de 7 de janeiro de 1971  
Lei Orgânica do Ministério Público
- 16.2 Lei nº 2.913 de 21 de novembro de 1961  
Lei Orgânica do Ministério Público.
- 16.3 Decreto nº 24.918 de 7 de março de 1985  
Dispõe sobre a estrutura organizacional básica da Procuradoria do Estado e dá outras providências.
- 16.4 Decreto nº 25.247 de 11 de abril de 1985  
Aprova o Regimento Interno da Procuradoria Geral do Estado, com a nominata dos cargos de provimento em comissão.
- 16.5 Decreto nº 24.769 de 4 de fevereiro de 1985  
Dispõe sobre a institucionalização, organização e funcionamento do Sistema de Serviços Jurídicos na Administração Direta e Autárquica do Governo do Estado de Santa Catarina.

---

**17.0 MUNICÍPIOS** **Caixa nº 10**

- 17.1 Consolidação dos Decretos-Leis nº 1.202 de 8 de abril de 1939 e nº 5.511 de 21 de Maio de 1943 e o nº 7.518 de 3 de maio de 1945.  
Dispõe sobre a Administração dos Estados e dos Municípios.

---

**18.0 OBRAS E SANEAMENTO** **Caixa nº 10**

- 18.1 Lei nº 3.058 de 30 de maio de 1962  
Cria o Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária (D.A.E.S.), extingue o Serviço de Águas e Esgotos e dá outras providências.

---

**19.0 PECUÁRIA** **Caixa nº 10**

- 19.1 Lei nº 1.430 de 27 de janeiro de 1956  
Estabelece o regime autárquicos para a Usina de beneficiamento de Leite e dá outras Providências.

- 19.2 Decreto nº 4 de 20 de março de 1956  
Regulamenta a Lei nº 1.430 de 27 de janeiro de 1956, que institui o regime autárquico para a Usina de beneficiamento de Leite.

**20.0 POLÍCIA** **Caixa nº 11**

---

- 20.1 Lei nº 1.630 de 4 de outubro de 1928  
Cria a caixa beneficente da Fôrça Pública.
- 20.2 Lei nº 53 de 30 de dezembro de 1935  
Fixa a Fôrça Pública para a atual Legislatura.
- 20.3 Lei nº 856 de 19 de outubro de 1910  
Organização Policial.
- 20.4 Lei nº 5.510 de 20 de fevereiro de 1979  
Fixa o efetivo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.
- 20.5 Leis, Decretos e Resoluções, Secretaria de Segurança e Informações.

**21.0 REGISTRO DE ESTRANGEIROS** **Caixa nº 11**

---

- 21.1 Decreto nº 9 de dezembro de 1938 (encadernado com)  
Decreto-Lei nº 253 de 21 de dezembro de 1938  
Aprova o Regulamento para o Serviço de Estrangeiros e dispõe sobre taxas e custos desse Serviço de Estrangeiros.

**22.0 SAÚDE** **Caixa nº 11**

---

- 22.1 Decreto nº 24.637 de 10 de julho de 1934  
Nova Lei dos Acidentes no Trabalho.
- 22.2 Lei nº 1.618 de 20 de dezembro de 1956  
Visa regular a cobrança de taxa de saúde e dá outras providências.

**23.0 SEGURANÇA PÚBLICA** **Caixa nº 11**

---

- 23.1 (vago)

**24.0 SÍMBOLOS ESTADUAIS** **Caixa nº 12**

---

- 24.1 Lei nº 126 de 15 de agosto de 1825  
Estabelece as Armas e a Bandeira do Estado.
- 24.2 Lei nº 144 de 6 de setembro de 1895  
Adota o Hino do Estado, aprovado pelo Decreto nº 132 de 21 de abril de 1892.



**27.0 TRANSPORTES E TRÂNSITO** **Caixa nº 13**

---

- 27.1 Decreto nº 24.637 de 10 de julho de 1934  
Nova Lei dos acidentes no trânsito.
- 27.2 Decreto nº 3 de 11 e 14 de 1939  
Inspetoria de veículos e trânsito público.
- 27.3 Decreto nº 14 de 3 de novembro de 1939  
Inspetoria de Veículos e Trânsito Público.
- 27.4 Lei nº 5.018 de 21 de setembro de 1966  
Institui o Código Nacional de Trânsito.

**27.20 TRANSPORTE** **Caixa nº 13**

---

- 27.21 Administração do Sistema de Transportes Internos Motorizados, 1973.

**28.0 TRIBUNAL DE CONTAS** **Caixa nº 13**

---

- 28.1 Lei nº 1.366 de 4 de novembro de 1955  
Cria o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

**29.0 EXÉRCITO** **Caixa nº 13**

---

- 29.1 Ordem do Dia nº 978 e Lei Federal nº 530 de 2 de dezembro de 1898  
Fixa as Forças de Terra para o Exército de 1899.

**30.0 GEOGRAFIA** **Caixa nº 14**

---

- 30.1 Resoluções nº 1 a 14 de julho de 1937  
Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, aprovadas pela Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística.
- 30.2 Resolução nº 60 de 22 de julho de 1939  
Conselho Nacional de Geografia que estabelece normas para o recebimento, aprovação e exposição dos mapas municipais.

**31.0 BANCOS** **Caixa nº 14**

---

- 31.1 Resoluções nº 1 a 4 de agosto de 1962  
Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

**32.0 MEIO AMBIENTE****Caixa nº 14**

---

- 32.1 Projeto de Lei do Senado nº 253 de 1996  
Exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica.